

MEMÓRIAS DOS APOSENTADOS
RENÉ PEREIRA DE CARVALHO
PROCURADOR DE JUSTIÇA APOSENTADO

APMP: Por que o senhor escolheu ser Promotor de Justiça?

Minha vida se passou dentro de um mundo jurídico, onde todos os meus familiares pertenciam ao Poder Judiciário. No seio da minha família costumava brincar dizendo que era a ovelha branca, pois era o único promotor de justiça cercado por magistrados. Ingressei no Ministério Público em fevereiro de 1967 como Promotor interino. Interino era aquele que havia passado no concurso de ingresso no Ministério Público acima do limite de 20 pessoas aprovadas, o máximo que a lei permitia. Tinham que prestar o próximo concurso e se não fossem aprovados eram demitidos. Como interino fui designado para assumir a comarca de Santa Izabel. Difícil, com 24 quilometro da Via Presidente Dutra, de transito intenso e com muitos acidentes. Trabalhava incansavelmente e tinha pouco tempo para estudar, uma vez que um novo concurso se avizinhava. Minha sorte no Ministério Público começou quando foi aprovada uma lei que tornava efetivo todos os que haviam passado no ultimo concurso. Apesar de aprovada, a lei foi vetada pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, cujo veto foi negado pela Assembléia Legislativa. Assim, eu e mais 26 promotores interinos fomos efetivados no cargo, por decreto.

APMP: Qual foi sua primeira comarca?

Minha primeira comarca foi Eldorado Paulista. Estava vaga. Fiz minha inscrição para ser promovido. Aguardava o término da reunião que me indicaria para essa comarca quando da sala saiu o conselheiro Ronoel Carneiro. Olhou-me e disse: indiquei você para

ser promovido para Eldorado Paulista. Sempre fui uma pessoa irreverente. Disse ao conselheiro que já esperava pela indicação, pois, sendo a lista tríplice, tinha que ser indicado porque somente 3 se inscreveram para a mencionada comarca. Não é preciso falar a cara de indignação expressada pelo conselheiro. Imediatamente, procurei meu pai, Thiers de Carvalho, político do interior, mais precisamente de Taubaté, e fomos ao Palácio do Governo falar com o Chefe da Casa Civil do governador. Fomos informados que eu estava fazendo um favor para o governo indo para Eldorado Paulista, comarca que ninguém queria e sempre vaga. Após algum tempo na comarca foi marcada correição para toda região do Vale da Ribeira, onde Eldorado pertencia. O Sr. Corregedor Geral, Werner Nogueira, após as visitas feitas nas 7 comarcas da região, constatou que somente um promotor de justiça morava na comarca, era o colega Wilson Joia. Reuniu todos no Fórum de Registro, colocando-os no lugar onde ficam os jurados. Isso ocorreu no dia 26 de março daquele ano, ao que parece em 1968. Foi quando o Sr. Corregedor deu sua sentença de morte: dia 10 de abril quero todos morando na comarca, senão vou instaurar sindicância. Minha irreverência, mais uma vez, se mostrou presente. Perguntei-lhe se 10 de abril era em tom imperativo ou um normal 10 de abril (dia da mentira). O Corregedor ficou uma fera e dias depois recebi telegrama para comparecer à Corregedoria. Como na época o correio não funcionava bem, não atendi ao chamado. Passados alguns dias recebi nova intimação para lá comparecer. Desta vez, no dia marcado compareci na corregedoria e por minha sorte o Sr. Corregedor não estava presente, não fora trabalhar. Encontrei com um colega, pertencente a uma das comarcas do Vale da Ribeira, que estava na mesma situação que a minha. Nós dois deixamos um recado ao Sr. Corregedor: - não poderíamos permanecer na Capital, pois os serviços da comarca impediam. Acontece que momentos antes, veja como é o destino, encontrei com o colega Lauro Induski que me perguntou o que estava fazendo ali. Informei-lhe que estava sendo chamado na corregedoria porque não morava na comarca. Imediatamente, Lauro abriu sua famosa pasta preta, onde tinha de tudo, e me forneceu uma carta onde o corregedor Werner, promotor à época pedia para não residir numa determinada comarca porque

se tratava de uma comarca de grande porte. Fiquei, assim, com um trunfo na manga.

APMP: Por que o senhor não residia na comarca de Eldorado Paulista?

A cidade não possuía casa para alugar, nem hotel havia, apesar da cidade ser conhecida por sua "Caverna do Diabo". No dia da correição fui obrigado a dormir na cidade. O único local para me alojar era o fórum. Levei meu radinho de pilha, um Spica, muito conhecido na época. Não funcionava, era só ruído. Tentei dormir ao som do ruído do radinho, mas não consegui. Resolvi, então, dar uma volta pela cidade. Não consegui, uma vez que a escadaria do fórum estava tomada por sapos de todos os tipos. De Eldorado Paulista fui convocado para a comarca de Ituverava. Era uma cidade pobre, com uma população carente. Seus munícipes sequer tinham certidão de nascimento. Na solução do problema entrei em contacto com o Sr. Prefeito Municipal e elaborei um projeto lei que dava certidão de nascimento a todas as pessoas reconhecidamente pobres. Meu projeto foi enviado à Câmara Municipal como se fosse do sr. prefeito. Para que a lei passasse fiz constar que seria feito um processo para cada caso, e só se concederia a certidão de nascimento com a aprovação do senhor prefeito. Assim, a lei foi aprovada e consegui dar às pessoas pobre, pelo menos o direito de ser cidadão brasileiro. Comuniquei essa experiência à corregedoria geral do Ministério Público. Em Ituverava era o vice-presidente da Casa do Menor. Resolvi, então fazer um natal para as crianças carentes. Juntamente com o Prefeito Municipal e com o Deputado da cidade, Helvio Nunes da Silva, fomos a todas as classes escolares pedindo brinquedo quebrado, que seria consertado na aula de trabalhos manuais, matéria que na época existia. Assim, conseguimos juntar cerca de 2.000 brinquedos que, depois de concertados, foram distribuídos às crianças da cidade no Natal. De Ituverava fui para São Caetano do Sul, Santo André e São Bernardo do Campo. Nada de interessante aconteceu nessas comarcas.

Trabalhei em todas as comarcas do Vale do Paraíba: de Santa Izabel até Queluz, última cidade do Estado de São Paulo, que fazia divisa com o Estado do Rio de Janeiro. Promovido para a Capital assumi a sa Promotoria de Acidentes do Trabalho. Por minhas posições políticas institucionais, fui perseguido por um Procurador Geral, cujo nome não merece ser citado. Adepto do regime militar, chegou a ameaçar dois brilhantes colegas: Djalma Lucio Gabriel Barreto e Alberto Marino Junior, por suas posições políticas e institucionais contrárias às suas. Cansado de ser perseguido, permutei com o colega Beluzzo, que era entrância especial em Santos. Trabalhei, além de Santos, em São Vicente, Guarujá, Praia Grande, entre outras. Em 1980 foram criados 200 cargos de Procurador de Justiça. Foi, quando fui promovido a Procurador de Justiça. Entretanto continuei trabalhado no Forum de Santos, onde possuía um gabinete.

APMP: Como o senhor chegou a Procurador-geral de Justiça?

Fui eleito Conselheiro do Ministério Público em duas oportunidades: uma por toda classe e outra pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores. Como era o mais antigo Conselheiro, com a saída do Procurador-geral Emanuel Burle para disputar seu segundo mandato, assumi, em sua integralidade, a Procuradoria-Geral de Justiça. Nesse cargo verifiquei que não eram pagas as férias indeferidas por necessidade de serviço aos Promotores. Mandei pagá-las todas de uma só vez, além de distribuir cerca de 480 computadores aos Promotores e Procuradores. Foi a maior distribuição de computadores até aquela data. Assim que sai do cargo, 10 procuradores ofereceram um jantar em minha homenagem no The Place, restaurante que não mais existe, no bairro dos Jardins, na capital. Fiquei assustado, pois os 10 que me convidaram passaram a ser cerca de 90 colegas.

APMP: Durante sua carreira existe algum fato de interesse da classe?

Fato interessante que não poderá ficar esquecido. As férias indeferidas por necessidade de serviço eram pagas após a aposentadoria, mediante propositura da competente ação. Isso me aborrecia e muito. Procurei o Procurador-Geral da época, Paulo Salvador Frontini e lhe sugeri que determinasse o pagamento administrativamente, quando da aposentadoria do colega. Frontini aceitou minha sugestão e começou a pagar as férias atrasadas, quando da aposentadoria dos colegas. Mas eu queria mais. Procurei, novamente o Frontini, sempre escolhendo o dia correto, o dia em que seu Palmeiras vencia o jogo e de preferência contra meu Santos Futebol clube. Disse a ele que estudasse a possibilidade de pagamento das férias indeferidas sem que o colega precisasse se aposentar. Bastaria que tivesse tempo para se aposentar para receber, em dinheiro, suas férias indeferidas. Frontini, de grande visão institucional, acolheu minha sugestão. Mas eu queria mais. Passados alguns meses procurei pelo Frontini. Disse- lhe: temos dois tipos de colegas, os que têm tempo para se aposentar e recebe as férias e os que, embora tendo férias a receber não tinha tempo para se aposentar. Meu Deus, o homem ficou bravo. Chamou seus assessores, o Pedrão e o Renatinho, para me expulsar da sala. Passado algum tempo Frontini, acolhendo minha sugestão, conseguiu com o Governador Franco Montoro o pagamento de todas as férias indeferidas por necessidade de serviço. Assim, meu objetivo foi alcançado e todos ficamos felizes com pagamento das férias.

APMP: o que mais o senhor fez de interessante na instituição?

Eu pertencia a um grupo de 3 pessoas que davam socorro aos procuradores que não possuíam agilidade para a feitura dos pareceres e aos que se encontravam doentes. A minha parte, foi de fazer cerca de 600 pareceres a esses colegas.

APMP: Tem mais alguma coisa interessante para ser relatado?

Tenho. Quando Promotor de Ituverava freqüentava a casa de um vizinho amigo, casa essa freqüentada também por José Eduardo, filho do Brigadeiro Faria Lima, que fora prefeito da cidade de São Paulo. José Eduardo tocava a fazenda da família, na vizinha cidade de Miguelópolis. Certa feita, conversávamos na varanda quando o telefone tocou. Era o ao filho que acabava de ser escolhido o novo Presidente da República do Brasil e que estava tendo muito trabalho na composição de seu ministério. Mande-i-lhe um abraço e o brigadeiro Faria Lima mandou seu filho me dizer para que eu arrumasse as malas pois estava sendo convidado a assessorá-lo em Brasília. Infelizmente, o brigadeiro teve um colapso fulminante, vindo a falecer. Essa, em poucas pinceladas, minha passagem pelo Ministério Público de São Paulo, que tanto tenho orgulho de pertencer.